

tui em criar primeiramente escolas superiores isoladas e com objetivos puramente profissionalizantes, para depois, serem transformadas em Universidades.

O processo de implantação do Ensino Superior não está terminado, podendo-se afirmar que a implantação de uma segunda Universidade faz parte dos novos anseios da população.

Dentro do quadro atual do Ensino Superior destaca-se o trabalho da Universidade Estadual de Londrina que enriqueceu a vida cultural da região e criou oportunidades para que maior número de pessoas possam frequentar o Ensino Superior.

Pode-se, também, afirmar que o desejo por uma Universidade que sirva a população e a criação de mais escolas superiores não são apenas de grupos intelectuais, mas da sociedade londrinense como um todo, isto porque, o Ensino Superior de Londrina não foge a regra imposta ao ensino brasileiro, que é de servir apenas a uma pequena parte da população sendo ainda extremamente elitizante.

Espera-se que com a experiência, que já contam nossas escolas superiores, elas venham cada vez mais contribuir para o desenvolvimento da sociedade, para isto, observa-se que estão melhorando seu nível de ensino e ampliando sua área de influência.

ABSTRACT

This work is a discourse about the history of Superior Teaching in Londrina, pronounced during the comemorations of municipal fiftieth anniversary. It shows the process of instalation of the first superior schools and their transformation in the actual state university of Londrina. It describes the criation of the first private superior courses in the city. The article makes possible a vision of the local superior teaching situation in the actuality.

KEY-WORDS: *Pionners Institucions; University; Londrina; Teaching; High technological; History of educacion.*

Recebido para publicação em 17/03/89

"O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA – A(S) COMPETÊNCIA(S) DO PROFESSOR"

DURVALI EMILIO FREGONEZI^a

RESUMO

O artigo procura delinear, caracterizar as competências do professor de língua materna: as competências técnica(científica), pedagógica e política. No trabalho propõe-se um grau de hierarquização entre essas competências. A graduação proposta poderá servir de diretriz para as atividades de produção/recepção de textos e treinamento de análise lingüística.

PALAVRAS-CHAVE: *Ensino de língua portuguesa; Atividades de ensino; Competência técnica; Competência pedagógica e política.*

No Brasil, hoje, vivemos uma época de profundas transformações. A escola também acompanha todo esse movimento, e pergunta-se se o organismo escolar vem desempenhando suas funções sociais. Esse questionamento alcança todos os componentes pedagógicos desde a administração escolar, passando pela supervisão e orientação e atingindo os componentes curriculares. No campo específico do ensino de língua materna, essa problemática torna-se mais acentuada, pois a língua é, ao mesmo tempo, ins-

trumento e objeto de estudo. Pedagogos e mesmo professores de Língua Portuguesa, na maior parte das vezes, não fazem distinção de língua-instrumento e língua-objeto de estudo. Essa não-distinção tem graves conseqüências na fixação de objetivos e na programação de atividades para o ensino da língua materna.

O parecer 853/71 do Conselho Federal de Educação é claro na fixação de objetivos para o ensino da Língua Portuguesa:

^a. Departamento de Letras/CCH – Universidade Estadual de Londrina.

“A Língua Portuguesa portanto, será encarada como o instrumento por excelência de comunicação no duplo sentido de transmissão e compreensão de idéias, fatos e sentimentos e sob a dupla forma oral e gráfica, o que vale dizer leitura, escrita e comunicação oral...”

Se consultarmos qualquer manual que discorra sobre o ensino de línguas, vamos verificar que esse ensino se resume no treinamento de quatro habilidades: o ouvir e o falar (código oral) e o ler e o escrever (código escrito). Analisando as habilidades por outro prisma, temos o ouvir e o ler (recepção), o falar e o escrever (emissão).

Passando em análise os livros didáticos de Língua Portuguesa, utilizados em nossas escolas, entrando em contacto com professores que atuam no ensino de 1o. e 2o. graus, podemos concluir que o treinamento das habilidades acima se traduzem em exercícios de leitura, exercícios de linguagem oral, conteúdos gramaticais e atividades de redação. Propostas mais atualizadas utilizam outra terminologia: produção e recepção de textos e análise lingüística.

A situação atual do ensino da Língua Portuguesa já foi discutida, inclusive por comissões especiais designadas pelo órgão máximo da educação nacional. A Portaria Ministerial n. 18 de 09/01/76 instituiu um Grupo de Trabalho para “proceder a estudos e apresentar sugestões objetivando o aperfeiçoamento do ensino de português”. O decreto n. 91.372 de 26/06/85 nomeou uma comissão para “estabelecimento de diretrizes que promovam o aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem da língua portuguesa”. As comissões realizaram o seu trabalho, fizeram um levantamento das causas do fracasso do ensino da língua materna, analisaram algumas variáveis e propuseram uma lista de itens que foram levados ao Ministério de Educação, porém, até agora, a situação permanece.

As autoridades estaduais de ensino também se preocupam com o problema da atual crise escolar e especificamente do ensino da língua materna. Essa preocupação levou os Estados a buscarem suas próprias soluções. Apenas para citar dois exemplos: o Estado de São Paulo criou a CENP – Coordenadoria Estadual de Normas Pedagógicas –, o Estado do Paraná fundou o CETEPAR – Centro de Treinamento do Magistério do Paraná.

O problema da crise do ensino de Língua Portuguesa teve seu agravamento com a expansão do ensino obrigatório de 4 para 8 anos. Para a adequação à nova realidade, as escolas de 1o. e 2o. graus se multiplicaram. Com a multiplicação, houve falta de professores. Foram então criadas, para suprir a falta de professores, escolas superiores sem um planejamento, sem as mínimas condições necessárias. Atualmente, grande parte de profissionais que atuam no ensino de Língua Portuguesa são “licenciados” por cursos superiores de discutível qualidade.

A criação dos cursos de Letras de curta duração (licenciatura curta), a periodização dos cursos de licenciatura plena que permitem a conclusão do curso em seis semestres, a implantação do regime de créditos são outros fatos que devem ser somados à situação descrita no parágrafo anterior.

O que pretendemos discutir, neste trabalho, é justamente o papel exercido (exercível) por esse tipo de profissional em nossas escolas. Boa parte dos cursos ministrados aos professores de língua materna – curso de treinamento, especialmente organizados para assessoramento (“reciclagem”) – apresentam estas propostas:

- a) os professores de Língua Portuguesa podem e devem conscientizar seus alunos que, através do ensino da língua, se rompem as barreiras sociais;
- b) por meio da leitura, o aluno aprende a ver o mundo e a questionar sua organicidade;
- c) o uso do livro didático anula o papel do professor...

Não pretendemos negar a validade e importância dos problemas citados, nem sua discussão e análise, mas queremos mostrar que tais discussões são da competência política do professor e devem ser apresentadas depois de esgotadas as questões relativas às competências científica (técnica) e pedagógica.

Segundo o que foi dito, nossas escolas superiores de formação de professores de Língua Portuguesa que deveriam proporcionar uma competência técnica e competência pedagógica ao professor, deixam muito a desejar. Não é o lugar aqui de colocar argumentos em razão dos quais nossas escolas de formação de professores não vêm cumprindo seu objetivo. Mas, sem dúvida, um problema maior que se coloca é que essas escolas são procuradas, de modo geral, por vestibulandos que não conseguiram realizar outros cursos superiores. Isso, em virtude dos poucos atrativos profissionais que a carreira de professor apresenta. Trabalhamos com uma clientela – via-de-regra – não estimulada, sem tempo integral para estudo...

E o que vem a ser competência técnica para o professor de Língua Portuguesa? Para respondermos, temos obrigatoriamente que relacionar essa competência com as atividades desenvolvidas pelo professor a nível de sala de aula: exercícios de leitura e linguagem oral, conteúdos gramaticais e atividades de redação.

Os exercícios de leitura e as atividades de redação serão focalizadas sob o nome genérico de produção e recepção de textos. Nesse campo de estudo, primordialmente o professor deverá ter conhecimento das teorias sobre o texto. O que é um texto? Como se apresenta? Quais as unidades lingüísticas que o compõem? Como essas unidades se estruturam? Essas respostas devem estar bem definidas para o professor e nessas respostas é que ele encontrará elementos para delimitar os objetivos e planejar suas atividades sobre o assunto. Com referência à produção de textos, o planejamento do professor irá percorrer a estruturação do texto em suas três divisões clássicas: a descrição, a narração e a dissertação. Não é só a conceituação desses três tipos básicos de textos que deve ser a preocupação do professor, mas sim como é que eles se apresentam. Quais são os recursos lingüísticos presentes na Língua Portuguesa que irão caracterizar cada um dos tipos. Para as atividades de recepção de textos, o professor também se aproveitará basicamente dessa divisão tripartida e irá ainda mais longe, procurando focalizar também os diversos tipos de textos, através de suas características lingüísticas: o texto jornalís-

tico, o texto literário, o texto técnico... bem como os tipos de códigos e seu alcance funcional.

Quanto às atividades de conteúdo gramatical, o professor deverá, em primeiro lugar, saber distinguir os níveis, através dos quais se estruturam as unidades lingüísticas e, a partir daí, conhecer em cada nível os elementos lingüísticos que o compõem, como também conhecer o funcionamento e a organização desses elementos. Lemle (1983) sugere uma lista de habilidades, das quais citamos:

"...(o professor deve) ser capaz de classificar dados lingüísticos segundo os critérios relevantes para uma descrição lingüística (por exemplo, ser capaz de segmentar exaustivamente uma cadeia lingüística, e de determinar-lhe a análise em constituintes imediatos); e ser mais agudo do que a média dos seres humanos em realizar julgamentos de aceitabilidade e gamas de aceitabilidade de sentenças, em perceber e encontrar sinonímias, ambigüidades, relações de implicação ou de oposição".

Discutindo o papel da Lingüística no Curso de Letras, Ilari (1984) conclui que o professor deve estar preparado para:

- 1) avaliar as potencialidades e limitações que caracterizam a expressão de seus alunos;
- 2) fixar para eles a esse respeito objetivos legítimos e viáveis;
- 3) examinar criticamente os recursos didáticos que a indústria editorial coloca à sua disposição...

Ainda com respeito à competência técnica, o professor deverá ter conhecimento do processo da variação do código lingüístico, dos diversos usos que a linguagem assume e conseqüentemente daí, das diversas funções da linguagem de seus alunos, diante da linguagem do organismo escolar e, finalmente, diante das diversas linguagens com as quais o homem se relaciona no seu dia-a-dia.

A competência pedagógica se preocupa em discutir e dar condições ao professor para encontrar caminhos para as dificuldades relacionadas diretamente ao seu trabalho em sala de aula. No que se refere ao material didático, o primeiro ponto que se coloca é o uso do livro didático. Hoje, discute-se, inclusive, a validade de seu uso. Questões que são apresentadas, estão presentes em estudos como o de Molina (1988):

"O que é o livro didático? Quais deveriam ser suas qualidades fundamentais? Por que escolher um livro e não outro, aparentemente similar? Por que usar o livro didático? Muito se tem discutido sobre a sua 'ditadura' em sala de aula. Afinal, quem conduz o curso - o professor ou o livro? a programação o planejamento, devem ser frutos da reflexão do professor ou do autor, no momento em que este elabora seu livro?..."

A recepção de textos também apresenta alguns pontos críticos: i - a tipologia de textos de leitura a serem lidos pelos alunos - tipologia quanto ao conteúdo: humorísticos, de aventura, romântico, realista, histórico, folclórico...; tipologia quanto à estruturação do texto: textos literários, textos informativos, textos publicitários...; tipologia quanto à linguagem: textos com língua padrão,

textos com marcas populares de linguagem, textos com gírias, textos com linguagem clássica, textos onde transparea a oralidade...; ii - a cobrança das leituras; iii - a periodicidade dos exercícios de leitura; iv - o nível de complexidade das questões colocadas nos textos lidos pelos alunos.

Os trabalhos de produção de textos são um desafio para o professor que deve ter bem definido: i - a freqüência das atividades de produção de textos; ii - o sistema de avaliação dos trabalhos escritos; iii - o tipo de linguagem a ser tomado como linguagem padrão para os trabalhos de redação escolar; iv - o seu posicionamento diante do fenômeno da variação lingüística; v - a sua atitude diante da linguagem do aluno que difere frontalmente da linguagem do sistema escolar.

As atividades com os conteúdos gramaticais por sua vez, necessitam de respostas às questões: i - deve-se mesmo dar aulas de gramática? ii - que tipo de gramática deve-se ensinar? iii - a exemplificação das aulas de gramática deve ser extraída de que registro de linguagem?

A competência pedagógica é que vai orientar o professor em seu planejamento anual de atividades para o ensino de Língua Portuguesa. Alguns exemplos práticos podem ser citados. Diante de orações como:

1. Possivelmente a greve vai acabar.
2. Calmamente a greve vai acabar.
3. Conseqüentemente a greve vai acabar

as unidades lingüísticas em -mente são analisadas por suas gramáticas escolares como adjuntos adverbiais de modo. Examinando atentamente o funcionamento de tais unidades, nas orações acima, percebemos que cada unidade está desempenhando uma função diversa. É um modalizador em 1, um advérbio de modo em 2 e uma unidade conjuntiva em 3. A competência técnica do professor é que permitiu que essa análise fosse realizada. Agora, como levar essa teorização aos alunos? Será que é válido levar até os alunos um tipo de análise que não aparece nos livros didáticos e nas gramáticas escolares? É a competência pedagógica do professor que vai ajudá-lo a solucionar esses problemas. Como ainda, explicar aos alunos que as unidades classificadas como sujeito da oração nos enunciados:

4. A menina correu.
5. A menina começa a ser criticada.
6. O leite ferveu.
7. O feijão queimou.

desempenham funções diversas? Será mesmo útil mostrar o funcionamento desses tipos de enunciados aos alunos?

Além desses problemas que devem ser resolvidos pelos professores, no tocante ao ensino de conteúdos gramaticais, é a competência pedagógica do professor que irá ajudá-lo na tarefa de selecionar o modelo gramatical a ser trabalhado com os alunos para a análise dos fatos lingüísticos: gramática normativa, gramática descritiva, gramática funcional...

Muitos dos enunciados que aparecem para serem analisados são explicados por um tipo de abordagem gramatical. Mesmo que o professor selecione um modelo, ele deverá saber solucionar as dificuldades que aparecem, utilizando-se de outros modelos. E como passar aos alunos?

Nos exemplos:

8. *É o fim da picada.*

9. *Vem cá, a greve acabou?*

10. *Cá entre nós, o que você acha do trileão?*

o sujeito de 8 só pode ser encontrado, se levarmos em conta que “é o fim da picada” pertence a um texto e o seu sujeito aparece justamente em enunciados anteriores. Os elementos destacados em 9 e 10 só podem ser analisados, se levarmos em consideração as condições de enunciação. Se porventura, o professor em suas aulas de análise só considerar o enunciado como produto e não como processo, como fazem certos modelos gramaticais, como explicar o sujeito de 8 e os elementos destacados em 9 e 10?

Finalmente, a competência política. É a que permite que o professor se coloque como um ser dentro da sociedade a que pertence, como um agente de transformação dentro do organismo escolar e, conseqüentemente, dentro da própria sociedade. É essa competência que norteará o professor para a listagem dos objetivos de sua disciplina. Objetivos que orientarão as atividades de leitura que possam proporcionar aos alunos:

- a) sua colocação diante do mundo;
- b) um meio de questionar as coisas do mundo;
- c) um instrumento capaz de transformar o mundo.

Objetivos que transformem as atividades de redação em atividades naturais nas quais o aluno tenha, de fato, algo a dizer para alguém e onde esse dizer alguma coisa possa ter como meta o posicionamento do aluno, enquanto ser pensante, enquanto ser questionador, enquanto ser transfor-

mador. Objetivos que conduzam as atividades de gramática para a compreensão por parte do aluno do real funcionamento da linguagem-instrumento, da linguagem-ação, da linguagem-transformação.

Através dessa competência, é que o professor escolherá os recursos didáticos colocados à sua disposição para suas aulas, ou então, ele mesmo produzirá esses recursos, tendo em vista seus alunos e suas necessidades.

Logicamente, essa tripartição de competências, na prática talvez não seja tão (di)visível. Elas foram aqui separadas apenas metodologicamente para a estruturação do trabalho, como meio de explicitação. O que deve ficar claro, porém, é que não podemos simplesmente ter como objetivo, em publicações pedagógicas, em treinamento para professores, dotar o professor de uma competência política. Essa deve passar necessariamente por uma competência técnica e por uma competência pedagógica. É comum nossa omissão quanto à competência técnica e sobretudo quanto à pedagógica. Omissão certa, se nossos professores tivessem adquirido sua real formação em cursos inquestionáveis. Mas estamos longe dessa realidade. Não podemos também ficar o tempo todo “tentando sanar” as falhas dos cursos superiores e nos atendo prioritariamente à competências técnicas e pedagógicas. Porque é esse justamente o objetivo de tais encontros de professores, bem como das publicações dirigidas a eles – uma reflexão sobre nossa realidade e ponto de partida para uma conscientização do professor diante da disciplina que leciona, diante da escola à qual pertence, diante da comunidade em que vive.

ABSTRACT

This article aims at tracing and characterizing the technical (scientific) pedagogical and political competences of the Brazilian teacher of Portuguese. A hierarchy of these competences is suggested. This ranking may serve as a guideline for text production/reception activities as well as for training in linguistic analysis.

KEY-WORDS: *Portuguese language teaching; Teaching activities; Technical competence; Pedagogical and political competences.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 – ILARI, Rodolfo. O papel da lingüística nos cursos de letras. *Estudos Lingüísticos, Assis (VIII): 1, 1984.*
- 2 – LEMLE, Miriam. *Objetivos do ensino da lingüística na graduação. Boletim ABRALIN (3): 72, 1983.*
- 3 – MOLINA, Olga. *Quem engana quem – professor x livro didático. São Paulo, Papirus, 1988. p.14.*

Recebido para publicação em 22/06/89